

27/05/2014

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 121.945 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: LUIZ GLÊNIO TEIXEIRA FIM</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ORDEM DENEGADA.**

1. A caracterização do crime impossível pressupõe a absoluta ineficácia do meio empregado ou a absoluta impropriedade do objeto, de modo que o bem juridicamente tutelado não sofra qualquer lesão ou ameaça de lesão. Precedentes: HC 116.090, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 02.04.14; RHC 118.456, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe de 18.10.13; HC 113.593, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 17.04.13; HC 114.745, Relator o Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 1º.04.13; HC 110.975, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 1º.08.12.

2. *In casu*, consoante destacou o Superior Tribunal de Justiça, “a posterior análise da declaração do imposto de renda pela Receita Federal não impede de maneira absoluta a consumação do crime. Aliás, os autos revelam que o ente público desconhecia a prática do crime, mesmo havendo a corre presenteado previamente, à Receita Federal, uma declaração de isento. O ilícito somente foi revelado porque, ao receber cobrança de multa por atraso na entrega da falsa declaração, ela declarou na Delegacia da Receita Federal de Santa Maria/RS, que o documento havia sido apresentado por terceiro em seu nome, de forma fraudulenta”.

3. A prova do dolo e, por conseguinte, o acolhimento da tese de que o paciente não tinha conhecimento da falsidade dos documentos apresentados demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável na via do *habeas corpus*.

4. Ordem denegada.

**HC 121945 / RS**

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 27 de maio de 2014.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

27/05/2014

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 121.945 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: LUIZ GLÊNIO TEIXEIRA FIM</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido de liminar, impetrado pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, em benefício de LUIZ GLÊNIO TEIXEIRA FIM, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, sintetizado na seguinte ementa, *verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM DECLARAÇÃO DE RENDA. 1. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES PARA REFORMAR A DECISÃO AGRAVADA. 2. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ILÍCITO QUE SÓ FOI DESCOBERTO POR CONTA DE AFIRMAÇÃO DA CONTRIBUINTE A FUNCIONÁRIO DA RECEITA FEDERAL. 3. FALSIDADE IDEOLÓGICA. CRIME FORMAL. 4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O agravante não apresentou argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. Para a caracterização do crime impossível, é necessário que o meio seja absolutamente ineficaz para produzir o resultado pretendido pelo agente, o que, no caso, não ocorreu, pois a posterior análise da declaração do imposto de renda pela Receita Federal não impede de maneira absoluta a consumação do delito. Os autos revelam que o ente público desconhecia a

**HC 121945 / RS**

prática do crime, mesmo havendo a corre presenteado previamente à Receita Federal uma declaração de isento. O ilícito somente veio a ser revelado porque, ao receber cobrança de multa por atraso na entrega da falsa declaração, a contribuinte afirmou na Delegacia da Receita Federal de Santa Maria/RS que o documento havia sido apresentado por terceiro em seu nome, de forma fraudulenta.

3. A falsidade ideológica consiste em crime formal, que se consuma com a mera inserção de dados falsos na declaração do imposto de renda.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.”

Colhe-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 299 do Código Penal, por ter, em tese, na condição de técnico de contabilidade, auxiliado do Sr. Paulo Cezar Pereira Cardoso, a inserir dados falsos em sua declaração de imposto de renda de pessoa física, com a finalidade de obter um financiamento de uma motocicleta.

Narra a denúncia que a Sra. Agicela – que já havia apresentado declaração de isento naquele exercício – forneceu cópia de seus documentos ao Sr. Paulo Cezar para que este os utilizasse em sua declaração de imposto de renda a fim de obter o financiamento de uma motocicleta, que lhe havia sido indeferido porquanto ele estaria inscrito no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC. O Sr. Paulo Cezar teria conseguido elaborar e enviar a declaração com o auxílio do ora paciente.

Concluída a instrução criminal, o paciente foi condenado a 2 (dois) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias multa, pela prática do crime de falsidade ideológica (artigo 299 do Código Penal). A pena privativa de liberdade foi substituída por outras restritivas de direito.

A defesa apelou e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso para reduzir a pena para 1 (um) ano e 6

**HC 121945 / RS**

(seis) meses de reclusão.

Irresignada, a defesa interpôs recurso especial e o Ministro Marco Aurélio Bellizze, do Superior Tribunal de Justiça, negou seguimento ao recurso. Transcrevo a ementa da decisão monocrática, *verbis*:

“PENAL. RECURSO ESPECIAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. CRIME IMPOSSÍVEL NÃO CARACTERIZADO. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO ENTRE CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E DE ESTELIONATO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.”

Contra essa decisão, a defesa interpôs agravo regimental, não provido pelo colegiado do STJ.

Neste *habeas corpus*, sustenta, em síntese, que “*trata-se (...) de crime impossível, porquanto a apresentação da declaração de rendimentos está sujeita ao crivo da Receita Federal, tanto que a mesma aplicou, inicialmente, multa por entrega em atraso, não se aperfeiçoando o falso noticiado*”.

Alega, ainda, que “*a responsabilidade pelas informações prestadas à Receita Federal é exclusiva do contribuinte, portanto, não podendo imputar, no caso concreto, tal responsabilidade ao técnico, ora paciente, que auxiliou no preenchimento*”.

Requer, ao final, a concessão da ordem a fim de absolver o paciente.

O Ministério Público Federal manifesta-se pela denegação da ordem. Transcrevo a ementa do parecer ministerial, *verbis*:

“HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART.

**HC 121945 / RS**

299, CP). INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. CONDENAÇÃO EM SEDE ORDINÁRIA. MANUTENÇÃO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. WRIT PRETENDENDO A ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE. CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17, CP). NÃO CARACTERIZAÇÃO. DELITO FORMAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.”

É o relatório.

27/05/2014

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 121.945 RIO GRANDE DO SUL

VOTO

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a caracterização do crime impossível pressupõe a absoluta ineficácia do meio empregado ou a absoluta impropriedade do objeto, de modo que o bem juridicamente tutelado não sofra qualquer lesão ou ameaça de lesão. Precedentes:

“EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSO PENAL MILITAR. INFRAÇÃO DO ART. 290, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL MILITAR. POSSE DE DROGA EM RECINTO MILITAR. ALEGAÇÃO DE NULIDADES DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO RITO PREVISTO NA LEI N. 11.719/2008 E DO NÃO RECONHECIMENTO DO CRIME IMPOSSÍVEL: AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA E PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PRECEDENTES. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INAPLICABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que não se pode mesclar o regime penal comum e o castrense, de modo a selecionar o que cada um tem de mais favorável ao acusado, devendo ser reverenciada a especialidade da legislação processual penal militar e da justiça castrense, sem a submissão à legislação processual penal comum do crime militar devidamente caracterizado. Precedentes. 2. O princípio do pas de nullité sans grief exige, sempre que possível, a demonstração de prejuízo concreto pela parte que suscita o vício. Precedentes. Prejuízo não demonstrado pela defesa. 3. **Não há que se falar em crime impossível, pois, para isso, deve restar constatada a absoluta impropriedade do meio empregado para a prática delitiva ou do objeto material do**

**HC 121945 / RS**

**delito, sendo necessário que o bem jurídico protegido pela norma penal não sofra qualquer risco, em razão da total inidoneidade do meio ou do próprio objeto.** 4. A posse, por militar, de substância entorpecente, independentemente da quantidade e do tipo, em lugar sujeito à administração castrense (art. 290, caput, do Código Penal Militar), não autoriza a aplicação do princípio da insignificância. 5. Habeas corpus denegado – Sem grifos no original.

(HC 116.090, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 02.04.14)

Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. ACÓRDÃO DENEGATÓRIO DE HC PROLATADO PELA CORTE ESTADUAL. IMPETRAÇÃO DE NOVO WRIT NO STJ EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. **1. O artigo 17 do Código Penal estabelece que ‘não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime’ (sem grifos no original).** 2. Os sistemas de vigilância existentes em estabelecimentos comerciais não impedem, mas apenas dificultam, a consumação do crime de furto. Destarte, não há que se falar em crime impossível em razão da ineficácia absoluta do meio empregado. Precedentes: HC 104.105, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 04.11.10; HC 107.577, Primeira Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJ de 06.06.11; HC 110.975, Primeira Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJ de 1º.08.12; HC 104.341, Primeira Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 08.11.12. 3. In casu, o paciente foi preso em flagrante delito ao tentar subtrair uma jaqueta de nylon de um estabelecimento comercial equipado com sistema de vigilância. Em seguida, foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 155, § 4º, inciso



**HC 121945 / RS**

I, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal. 4. O recurso cabível contra acórdão denegatório de habeas corpus prolatado pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios, é o recurso ordinário, a ser apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 105, inciso II, alínea a, da Constituição Federal. 5. 'A impetração de novo habeas corpus em caráter substitutivo escamoteia o instituto recursal próprio, em manifesta burla ao preceito constitucional' (HC 116.481-AgR, Primeira Turma, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 1º.08.13). 6. Ademais, "não há nenhuma ilegalidade no acórdão do Superior Tribunal de Justiça que, embora assente que não conhece de habeas corpus porque impetrado em substituição ao recurso ordinariamente previsto, examina as questões postas com o fito de verificar a existência de constrangimento ilegal apto a justificar a concessão da ordem de ofício" (HC 116.389, Segunda Turma, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 14.05.13). 7. O Superior Tribunal de Justiça, inobstante não ter conhecido do habeas corpus lá impetrado, sob o fundamento de que o writ é substitutivo de recurso ordinário, tendo em vista ter sido manejado contra decisão denegatória de HC na Corte Estadual – analisou a possibilidade da concessão da ordem de ofício, tendo concluído que, no caso sub examine, não há flagrante ilegalidade que justifique a adoção desta medida. 8. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento" - Sem grifos no original.

(RHC 118.456, Primeira Turma, Relator o Ministro Luiz Fux, DJe de 18.10.13)

"EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSO PENAL MILITAR. INFRAÇÃO DO ART. 290, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL MILITAR. POSSE DE DROGA EM RECINTO MILITAR. ALEGAÇÃO DE NULIDADES DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO RITO PREVISTO NA LEI N. 11.719/2008 E DO NÃO RECONHECIMENTO DO CRIME IMPOSSÍVEL: AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE

**HC 121945 / RS**

JURÍDICA E PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PRECEDENTES. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que não se pode mesclar o regime penal comum e o castrense, de modo a selecionar o que cada um tem de mais favorável ao acusado, devendo ser reverenciada a especialidade da legislação processual penal militar e da justiça castrense, sem a submissão à legislação processual penal comum do crime militar devidamente caracterizado. Precedentes. 2. O princípio do *pas de nullité sans grief* exige, sempre que possível, a demonstração de prejuízo concreto pela parte que suscita o vício. Precedentes. Prejuízo não demonstrado pela defesa. 3. **Não há que se falar em crime impossível, pois, para isso, deve restar constatada a absoluta impropriedade do meio empregado para a prática delitiva ou do objeto material do delito, sendo necessário que o bem jurídico protegido pela norma penal não sofra qualquer risco, em razão da total inidoneidade do meio ou do próprio objeto** 4. Habeas corpus denegado” - Sem grifos no original.

(HC 113.593, Segunda Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 17.04.13)

“Ementa: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE ESTELIONATO (ART. 171, § 3º, C/C ART. 14, II, DO CP). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. APRESENTAÇÃO DE LAUDO MÉDICO FALSO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS PARA FINS DE OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. ALEGAÇÃO DE CRIME IMPOSSÍVEL POR INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO EMPREGADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO NA VIA DO WRIT. ORDEM DE HABEAS CORPUS EXTINTA POR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. 1. O trancamento da ação penal por meio de habeas corpus é medida excepcional, somente admissível quando transparecer dos autos, de forma

**HC 121945 / RS**

inequívoca, a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, circunstâncias não evidenciadas na hipótese em exame. Precedentes: HC 101754, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJ de 24.06.10 e HC 92959, Primeira Turma, Relator o Ministro Carlos Britto, DJ de 11.02.10. 2. **Não há falar em crime impossível quando o agente utiliza meio eficaz à consumação do delito.** A análise da eficácia, ou não, do meio empregado para a prática do crime demandaria aprofundado revolvimento de fatos e provas, o que é insuscetível na via do habeas corpus. 3. In casu, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com ampla cognição fático-probatória, assentou que o laudo médico apresentado pela paciente para fins de obtenção do auxílio-doença constituiria meio eficaz à obtenção do benefício previdenciário, caso o falso não tivesse sido detectado por perito do INSS. 4. Ordem de habeas corpus extinta por inadequação da via eleita” - Sem grifos no original.

(HC 114.745, Relator o Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 1º.04.13)

“EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. TENTATIVA DE FURTO DE ROUPAS AVALIADAS EM R\$ 227,80. ALEGAÇÃO DE CRIME IMPOSSÍVEL E DE INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA: INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária uma análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado. 2. O princípio da insignificância reduz o âmbito de proibição aparente da tipicidade legal e, por conseqüência, torna atípico o fato na seara penal, apesar de haver lesão a bem juridicamente tutelado pela norma penal. 3. Para a incidência do princípio da insignificância, além de serem relevados o valor do objeto do

**HC 121945 / RS**

crime e os aspectos objetivos do fato – tais como a mínima ofensividade da conduta do agente, a ausência de periculosidade social da ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica causada -, devem ser analisados, em cada caso, de forma cautelar e rigorosa, a realidade sócio-econômica do País e o conjunto de valores éticos juridicamente aproveitados pelo sistema penal para determinar se a conduta pode ou não ser considerada típica para a configuração do delito. Precedentes. 4. Na espécie, embora o objeto da tentativa de furto qualificado tenha sido avaliado em R\$ 227,80, de pouco valor material, é certo, porém de considerável valor para uma família brasileira de classe menos favorecida, não é de se desconhecer que não se há de levar a efeito exame que considere mais o valor material do bem subtraído que os valores que têm de orientar a conduta de pessoas modestas que vivem nas cidades interioranas do Brasil. 5. **Havendo possibilidade, ainda que remota, de burlar a vigilância exercida sobre a coisa e, por conseguinte, de ofender o bem jurídico tutelado pela norma penal, não se configura o crime impossível.** Precedentes. 6. Ordem denegada” - Sem grifos no original.

(HC 110.975, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJe de 1º.08.12)

*In casu*, consoante destacou o Superior Tribunal de Justiça, “a posterior análise da declaração do imposto de renda pela Receita Federal não impede de maneira absoluta a consumação do crime. Aliás, os autos revelam que o ente público desconhecia a prática do crime, mesmo havendo a corre presenteado previamente, à Receita Federal, uma declaração de isento. O ilícito somente foi revelado porque, ao receber cobrança de multa por atraso na entrega da falsa declaração, ela declarou na Delegacia da Receita Federal de Santa Maria/RS, que o documento havia sido apresentado por terceiro em seu nome, de forma fraudulenta”.

Ademais, para acolher-se a tese da defesa de que o paciente não

**HC 121945 / RS**

tinha conhecimento da falsidade dos documentos apresentados, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, inviável na via do *habeas corpus*.

*Ex positis*, denego a ordem.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 121.945**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

PACTE.(S) : LUIZ GLÊNIO TEIXEIRA FIM

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma indeferiu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator. Unânime. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 27.5.2014.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma